



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO - 3ª VARA CÍVEL**  
PROCESSO Nº: **169.026-0/02**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
EMBARGANTE(S): **AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A**  
EMBARGADO(S): **CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

5098

**EMENTA:** DIREITO CIVIL E PROCESSUAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE USUCAPIÃO - IMPROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - PROVIMENTO MONOCRÁTICO - RECURSO DE AGRAVO - PRELIMINARES DE NULIDADE DA DECISÃO POR OFENSA AO ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC E EXTEMPORÂNEA ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR, REJEITADAS A UNANIMIDADE - MÉRITO EM QUE SE ALEGA A IMPRESTABILIDADE DA POSSE EXERCIDA, A IMPOSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BEM DE NATUREZA PÚBLICA E INEXISTÊNCIA DE JUSTO TÍTULO E BOA FÉ - PROVAS CARREADAS AOS AUTOS QUE AFASTAM OS ARGUMENTOS MERITÓRIOS - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME - RENOVAÇÃO, EM SEDE DE ACLARATÓRIOS, DOS TEMAS JÁ ENFRENTADOS EM RECURSO ANTERIOR - PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO - AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- É impossível, em sede de aclaratórios, revisitar questões já analisadas e rejeitadas em julgamento anterior;
- Os embargos de declaração destinam-se a desfazer obscuridades, afastar contradições e a suprir omissões que se registrem, porventura, no acórdão, revelando-se incabíveis quando inexistentes os vícios que dão azo a constituição dos pressupostos de embargabilidade (CPC, art. 535).

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração nº 169.026-0/02, que tem com Embargante AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A e Embargado CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer e



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

rejeitar os Embargos de Declaração, ante a ausência de omissões ou  
contradições no Acórdão.

Recife,

30/11/2009

  
Desembargador **MILTON JOSÉ NEVES**  
Presidente

  
Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO - 3ª VARA CÍVEL**  
PROCESSO Nº : **169.026-0/02**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
EMBARGANTE(S): **AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A**  
EMBARGADO(S): **CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**RELATÓRIO:**

A AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A, demonstrando, mais uma vez, inconformismo, desta feita, contra o resultado do julgamento do Recurso de Agravo intentado contra a decisão terminativa aposta nos autos da Apelação interposta por CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA, lança mão dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO sob o argumento da existência de omissões e contradições no julgado embargado.

Alinha, em princípio, a Embargante, a existência de contradição no voto condutor do julgamento embargado, eis que não coaduna do entendimento de que houve equívoco na denominação da ação proposta de usucapião extraordinário para ordinário, vez que a Embargada deixa de inserir nos contornos fáticos da lide os elementos de realidade consistentes no justo título e boa fé, vindo a insistir na mudança de causa de pedir da Demandante ora Embargada.

Noutro passo, afirma a presença de omissões quanto à apreciação da preliminar de nulidade por alteração da causa de pedir, vez que o acórdão deixa de apreciar teses de defesa indissociavelmente relacionadas ao argumento da intempestiva alteração da causa de pedir, perseguindo o pronunciamento específico sobre os seguintes pontos: a) a introdução de novos elementos de fato, em particular as discussões envolvendo a existência de justo título e boa fé; b) a linha divisória entre a alteração de causa de pedir e a simples modificação dos fundamentos jurídicos do pedido; c) que a inovação da demanda em segundo grau vulnera a garantia do juiz natural, enunciada no art. 5º, XXXVII e LIII, da CF/88; d) a necessidade de manifestação do Tribunal sobre a circunstância de que a introdução de dados fáticos novos em grau de apelação atenta contra as garantias da ampla defesa e do devido processo legal, pelo flagrante cerceamento ao direito de defesa.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Finda a Embargante em requerer o conhecimento dos embargos e o seu provimento, a fim de que as omissões sejam devidamente sanadas e as contradições dirimidas.

É o relato sucinto dos aclaratórios.

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator

34  
9  
248



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

35  
45  
249

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO - 3ª VARA CÍVEL**  
PROCESSO Nº : **169.026-0/02**  
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
EMBARGANTE(S): **AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A**  
EMBARGADO(S): **CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO:**

O Acórdão questionado possui a seguinte ementa:

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
COMARCA: **CABO DE SANTO AGOSTINHO - 3ª VARA CÍVEL**  
PROCESSO Nº : **169.026-0/01**  
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**  
AGRAVANTE(S): **AD/DIPER - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A**  
AGRAVADO(S): **CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL - AÇÃO DE USUCAPIÃO - IMPROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - PROVIMENTO MONOCRÁTICO - RECURSO DE AGRAVO - PRELIMINARES DE NULIDADE DA DECISÃO POR OFENSA AO ARTIGO 557, §1º-A, DO CPC E EXTEMPORÂNEA ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR, REJEITADAS A UNANIMIDADE - MÉRITO EM QUE SE ALEGA A IMPRESTABILIDADE DA POSSE EXERCIDA, A IMPOSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BEM DE NATUREZA PÚBLICA E INEXISTÊNCIA DE JUSTO TÍTULO E BOA FÉ - PROVAS CARREADAS AOS AUTOS QUE AFASTAM OS ARGUMENTOS MERITÓRIOS - RECURSO IMPROVIDO - DECISÃO INDISCREPANTE.**

- Na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o instrumento particular de compra e venda é documento hábil a demonstrar a posse, a justo título e boa-fé, servindo como prova para prescrição aquisitiva;
- Mero equívoco na denominação da ação (demanda) não constitui modificação da causa de pedir, eis que a pretensão da aquisição da propriedade pelo usucapião permanece, principalmente quando a análise das provas carreadas aos autos sinalizam o decurso do prazo, requisito necessário para albergar o pedido;
- Os bens pertencentes à sociedade de economia mista podem ser adquiridos por usucapião, principalmente quando já prometidos à venda por instrumento particular;



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

– *Precedentes do STJ.*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Agravo nº 169.026-0/01, que tem com Agravante AD/DIPER – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S/A e Agravado CASTELO JOGOS E BRINQUEDOS LTDA, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade da decisão terminativa por ofensa ao art. 557, §1º-A, do CPC e de extemporaneidade de alteração da causa de pedir; no mérito, também, sem discrepância, em negar provimento ao recurso, nos exatos termos do voto do Relator.

Recife, 19/02/2009

Desembargador **MILTON JOSÉ NEVES**  
Presidente

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator

Pela leitura atenta do Acórdão ora transcrito verifica-se, sem qualquer esforço, a inexistência de qualquer omissão ou contradição no julgamento proferido a justificar a interposição dos presentes aclaratórios.

Os temas tidos como omissos e contraditórios foram sim objeto de apreciação extensa pela Câmara, inexistindo, portanto, razões para que se albergue os Embargos de Declaração opostos.

Pela leitura pontual das questões levantadas pela Embargante, vê-se, de logo, que a sua pretensão é a de rediscutir a matéria e não de integrar o julgamento, já que, como já dito, não há qualquer omissão a ser sanada ou contradição a ser dirimida.

É ressabido que a função dos aclaratórios é evitar o anonimato de temas importantes ao deslinde do litígio, acaso o julgamento não tenha enfrentado os questionamentos alinhados na peça de ataque, o que não se registrou no caso sob exame, eis que o julgamento analisou as questões levantadas como se percebe da leitura do Acórdão atacado.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Assim, resta evidente que o julgamento proferido analisou, explicitamente, as questões suscitadas, não contendo, portando, qualquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC.

Pautado nesses argumentos, conheço dos presentes Embargos de Declaração e, ante a ausência de qualquer omissão ou contradição, rejeito-os.

É como voto.

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator